

# Educação integral para criança sem infância

Cansada de ver crianças nas ruas, vivendo ou trabalhando, a sociedade se questiona: o que fazer para transformar a realidade de milhares de crianças que não têm infância, que estão tão vulneráveis e destituídas de seus direitos, que se esqueceram do que é, de fato, ser criança? Como torná-las protagonistas de suas histórias, se hoje são invisíveis aos olhos da sociedade?

Este questionamento não é uma prerrogativa brasileira. Nas grandes metrópoles do mundo, observamos a presença de pessoas morando nas ruas. Mas o grau de nosso atraso pode ser evidenciado pela presença significativa de crianças e em situação de rua e trabalho infantil nas ruas brasileiras. Grande parte das crianças que se encontram nessas condições, embora tenha seus vínculos familiares preservados, faz da rua seu espaço de sobrevivência e desenvolve alguma forma de “trabalho”. Em alguns casos, chega a desenvolver atividades perigosas, penosas e insalubres, descritas como as piores formas de trabalho infantil.

As respostas a esta questão não são fáceis, uma vez que o trabalho infantil está arraigado na cultura do brasileiro, com a falácia de que “é melhor trabalhar do que roubar” e “antes trabalhando do que nas drogas”. Portanto, conscientizar a sociedade dos malefícios do trabalho infantil é crucial para a efetividade das ações que vêm sendo desenvolvidas pelo poder público e as organizações sociais que trabalham com crianças e adolescentes. Em vez de dar esmolas ou comprar produtos de crianças nas ruas, o cidadão pode fazer doação ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (Fumcad), com direito a abatimento no Imposto de Renda devido.

Trabalho precoce é visto como um dos fatores primordiais na manutenção do grave quadro social brasileiro, pois sujeita a criança a esforços e riscos e forjam um amadurecimento psicológico prematuro, comprometendo seu desenvolvimento físico e psíquico saudável.

Lugar de criança é na escola, estudando, e no pós-escola, com atividades lúdicas, de lazer e aprendizado. O melhor caminho é a educação integral, com o apoio das famílias. Para os adolescentes, o desafio é qualificar o seu ingresso no mundo do trabalho, sem comprometer o seu desenvolvimento. A Lei do Aprendiz abre esta oportunidade, ao permitir a formação técnico-profissional de jovens de 14 a 24 anos dentro dos princípios da proteção integral.

No auge da era da informação e do conhecimento, é inconcebível e inaceitável essa condição de criança fora da escola. O conhecimento e a educação são fatores determinantes na ampliação dos horizontes sociais e humanos das famílias e suas possibilidades de transformação social. É evidente o antagonismo entre o trabalho e os estudos. A criança que investe suas energias no trabalho tem dificuldade em se concentrar nos estudos.

A efetivação dos direitos da população infanto-juvenil passa pela abordagem integrada e articulada entre família, sociedade e Estado, pela construção de uma agenda comum de proteção e combate a qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Ações para uma vida cidadã, protegida, sem trabalho infantil, dando à criança o seu direito legítimo à infância.



Floriano Pesaro, sociólogo, ex-secretário municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo e vereador da Câmara Municipal de São Paulo.

foto: Ronaldo Gomievsky